

Caio Prado e o fascismo como estratégia do capitalismo em crise (Parte III)

By [Yuri Martins Fontes](#)

Global Research, November 08, 2021

Na continuação desta análise** sobre as reflexões de **Caio Prado Júnior** acerca do fascismo, vejamos como o marxista brasileiro entende o golpe de Getúlio Vargas (de fins de 1937), que instaura o Estado Novo, pouco antes do início da Segunda Guerra: período em que considera que o Brasil vai se “fascistizando”.

Em 18/07/1937, Caio Prado – em alusão à manobra que Vargas iniciava pelo monopólio do poder – anota em caderno manuscrito (parte de seus “Diários Políticos”) que Plínio Salgado, o chefe integralista, após passeata em que houve confusão e morte, tinha sido proibido de falar, pelo governo.

Um mês depois (18/08/1937), profetizando a farsa, ainda hoje obscura, dita *Plano Cohen*, Caio comenta que circulam boatos sobre um “golpe comunista”. Mas pondera que o que “há na realidade é a ameaça de um golpe integralista”: um golpe “tolerado pela polícia” e “bafejado pelo governo”. E acrescenta: há um “nervosismo geral” no país.

Na data do golpe de Estado (10/11/1937), o marxista, recentemente libertado da prisão em que permanecera dois anos, estava em Paris, onde tinha se exilado há poucas semanas. Em seu caderno (10/11/1937), faz a seguinte anotação: “Getúlio desencadeia um golpe. A nova constituição de caráter nitidamente ditatorial, inaugura no Brasil um regime de tendência fascista”.

“1937”: um ensaio inédito e ainda atual

No mês seguinte, havendo maturado a ideia do golpe, Caio tece uma longa consideração acerca dos aspectos sócio-históricos internos e externos que concorreram para o acontecimento. Trata-se do inédito ensaio “1937” (Paris, dezembro de 1937), parte de seus “Diários Políticos” (todas as citações adiante, salvo menção em contrário, referem-se a este texto).

Logo na abertura, ele expõe o caráter *paradoxal* do ocorrido – um Getúlio que, de progressista em 1930, se voltaria, alguns anos depois, a um autoritarismo de nuance fascista. Vale aqui notar que – como em *Evolução política do Brasil* – neste artigo ele já delineia sua clássica concepção de “sentido” evolutivo histórico, pouco mais tarde sistematizada em *Formação do Brasil contemporâneo*:

Com o ano de 1937 encerra-se uma das mais importantes e movimentadas fases da história política do Brasil, e inicia-se outra, cheia ainda de incertezas e perspectivas obscuras. Politicamente o golpe de Novembro é o epílogo de uma evolução no sentido de fortalecimento crescente do poder executivo com o paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes. Paradoxo histórico: a fase que se segue à Revolução

de 1930, desencadeada sob uma bandeira liberal, antiautoritária(...), essa fase se encerra justamente com o advento de regime em que o autoritarismo presidencial resulta não apenas numa situação de fato, contrária à constituição vigente (como foi o caso até hoje), mas está inscrito expressamente no texto da lei orgânica do país. [obs.: a grafia original foi atualizada]

Na sequência do ensaio, Caio passa a sumarizar os elementos que levaram ao que ele chama de “medidas fascizantes” de Vargas, as quais conduziram a “evolução política do país no sentido da ditadura” – culminando com o golpe que se delineava como solução transitória e cuja função era tão somente disfarçar as contradições socioeconômicas do país.

Fatores sumamente complexos concorreram para um tal desenlace. Fatores de ordem interna combinam-se com outros de natureza externa e é muito difícil destacar fatos e analisá-los isoladamente. Eles se ligam e interdeterminam de tal forma que não é possível chegar a conclusões dentro de pontos de vista particulares ou parciais. Talvez o historiador do futuro, tendo diante de si o quadro completo dos acontecimentos – por enquanto ainda estamos acantonados num pequeno setor e a maior parte do drama político representado ainda está por passar – talvez o historiador do futuro possa destrinçar a meada que são os fatos que presenciamos. Hoje isso é impossível, e temos de nos contentar com alguns traços gerais.

Conforme explica o autor, a “Revolução de 1930” – com a queda da República Velha – marcou “incontestavelmente o fim de um regime, de um sistema político caduco”. No evento de 1930, diz ele, está o marco de superação do velho regime, caracterizado pelo predomínio da “autonomia estadual imposta sobretudo por S. Paulo”; um “mecanismo político” que estava “fundado em pequenas oligarquias locais, com eleições de fachada”; um “Estado [nacional] sem iniciativa no plano econômico e social” – cuja inação fora chacoalhada pela crise capitalista de 1929. “A impopularidade de todos os governos, do federal aos municipais – completa –, chegara então ao seu auge”.

Com a Revolução de 1930, contudo, modificaram-se apenas as “condições objetivas”, mas não a “tradição antiga”; este foi o motivo nuclear que levou o Brasil a vivenciar o “renascimento de um sistema que parecia abolido”: “não se extirparam os velhos costumes”; não ocorreu no país uma “maturação política”, e os quatro anos que se seguiram a ela foram de “agitação e desorganização”.

O que parece mais grave no caráter do parlamento da República Nova – que aliás reflete um vício de toda a reorganização política do país – é o traço regionalista, herança do passado, que nele se manifesta. Numa palavra, a nova ordem política reproduzia, embora já muito atenuada e apenas como um resíduo do passado, uma boa parte dos defeitos da política anterior a 1930. O sistema político antigo(...) tornara-se de todo incompatível com as novas condições do país(...).

Este quadro, todavia, começaria a se modificar a partir do delineamento de duas organizações: o “integralismo” e a “Aliança Nacional Libertadora”. Apesar disto, reflete Caio, a “opinião geral” do país não se mostrou aberta a nenhum destes dois grupos. O *extremismo* integralista, assim como o *radicalismo* da ANL – e destaco aqui a diferença, sempre omitida pela imprensa corporativa, entre a posição “extremista” (desmedida, sectária), e a “radical” (oriunda na análise precisa da raiz do problema) – deve-se a fatores internos, mas “sobretudo a circunstâncias de ordem internacional”.

O integralismo, movimento de inspiração *eurofascista*, tinha seu extremismo curiosamente evidenciado não em seus líderes, mas no “espírito de seu movimento e nas massas que o acompanhavam”; aliás, esta foi justamente sua debilidade: a “insuficiência” de seus chefes – cujo perfil era por demais “conservador”.

Já quanto ao movimento de esquerda, ele afirma que “faltava aos grupos e classes sociais capazes de lavá-lo adiante maturidade e eficiência”: o “pavor comunista” mobilizou contra a *Aliança* “todas as forças conservadoras” do país. “O levante de novembro de 1935, simples conspirata de quartel”, foi o “último espasmo” da ALN antes de desaparecer – gesto este, por sinal, fruto mais do “heroísmo” de um punhado de oficiais, que de um “largo movimento coletivo”.

O integralismo, de sua parte, foi menos incisivo em sua ação. Freado pelos chefes, mostrou-se bastante moderado: “apesar dos modelos que o inspiraram – o fascismo italiano e alemão”. Isto se deve também a que o integralismo “nunca teve larga popularidade” – pelo contrário, sofreu “forte repulsa” por parte “sobretudo do proletariado”. “Quanto às classes conservadoras – observa Caio Prado, bom conhecedor da elite xucra nacional – elas olhavam com certa simpatia um movimento que se apresentava como vanguarda da luta anticomunista”: “deram-lhe mesmo apoio financeiro”, apesar de esse movimento lhes causar “certo temor”.

Neste momento, Caio faz um aparte, em seu texto, para analisar o fascismo de um modo geral: um regime que “em toda parte onde se implantou, foi sempre recebido como um último recurso” – como uma ação extrema para amainar a “convulsão social”.

A implantação do fascismo, se de um lado representa a garantia da estabilidade social, pelo menos para um futuro imediato, traz doutro inconvenientes consideráveis para as próprias classes interessadas na conservação social. Aceitando a ditadura fascista, elas abdicam de boa parte de seus direitos e sua liberdade de ação. Aceitam um controle rigoroso, econômico, político e social que não deixa de ser pelo menos incômodo. **O preço que as classes conservadoras, aceitando o fascismo, pagam para garantir o essencial, que é a sua existência, é assim muito elevado;** e só se dispõem a pagá-lo quando não existe ou julgam não existir outro remédio. [obs.: grifo meu]

Entretanto, este não foi o caso brasileiro: na interpretação de Caio, a “debilidade” de “todo o movimento de esquerda no Brasil” não chegou a inspirar um “temor tão grande” a ponto de se optar por “medidas extremas como o fascismo”. Mesmo o “levante de 1935” acabou sendo “tão facilmente abafado, que não chegou a provocar gestos desesperados”.

Se não vieram, contudo, “medidas extremas”, como na Itália e Alemanha, o levante comunista seria o pequeno pretexto que Vargas esperava para implantar “medidas fascizantes” – as quais desembocariam afinal na ditadura.

Já do lado reacionário, tampouco o integralismo “encontrou ambiente” no Brasil, mas apenas “vegetou até 1935”, e foi incapaz de reagir à ofensiva de Vargas contra sua organização.

Assim, embora o país – seus “problemas” e “equilíbrio político” – exigisse uma renovada

“política nacional”, contraditoriamente, o dilema que acabaria por se colocar foi:

ou voltar para trás, isto é, reconstituir a antiga situação política, de base essencialmente regional(...), ou suprimir toda e qualquer política, impondo em substituição a ela uma estrutura de certa forma artificial, fundada exclusivamente numa situação de fato amparada na força.

Caio Prado conclui o ensaio “1937” afirmando que, diante da “iminência de um retorno ao passado”, e como forma de esmagar um (improvável) desenlace mais *radical*, as elites brasileiras escolheram a segunda opção: uma estrutura de Estado fascistizada e artificial que viria a “suprimir” a política nacional por meio de uma ditadura “instável” que não passa de uma “solução provisória”, e que pode levar o país a uma “guerra civil, uma luta sem tréguas que se prolongará por muito tempo”.

Yuri Martins-Fontes



[Um marxista da América para o mundo: Mariátegui vivo a 90 anos de sua morte \(I\)](#)



[Um marxista da América ao mundo: Mariátegui vivo a 90 anos de sua morte \(II\)](#)



[Caio Prado e o fascismo como estratégia do capitalismo em crise \(Parte IV\)](#)

*** Este artigo, ora dividido em quatro partes, é versão reduzida do ensaio “[No sentido do fascismo: geopolítica e Segunda Guerra na evolução histórica brasileira segundo Caio Prado](#)”, capítulo do livro “Brasil e América Latina na Segunda Guerra Mundial” (Editora CRV, 2017).*

Yuri Martins-Fontes : Filósofo e escritor, com doutorado em história; pesquisa o socialismo, os saberes originários e a literatura contemporânea. Coordena projetos de educação popular do Núcleo Práxis-USP e colabora com a imprensa independente. Autor dos livros “Marx na América” e “Cantos dos Infernos”, entre outras obras.

[Comment on Global Research Articles on our Facebook page](#)

[Become a Member of Global Research](#)

Articles by: **[Yuri Martins
Fontes](#)**

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca
www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca